

Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL



Arts. 1º a 120

25ª edição
2021

saraiva *jur.*



Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dafila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Fiôr de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Estela Janiski Zumbano
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Maníia Cordeiro
Nicolly Wasconcelos Razuk

Diagramação Luciano Assis
Revisão Albertina Piva
Capa Aero Comunicação
Produção gráfica Mani Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

ISBN 978-85-536-0768-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Capez, Fernando

Curso de direito penal - v. 1: Parte geral – arts. 1º a 120 / Fernando Capez. - 25. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

616 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-467-6 (impresso)

1. Direito 2. Legislação I. Título.

20-0765

CDD 341.14
CDU 342.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código penal

Data de fechamento da edição: 5-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
1. Introdução	45
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	45
1.2. Da função ético-social do Direito Penal.....	45
1.3. Objeto do Direito Penal.....	47
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana como orientador do Direito Penal	50
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da dignidade humana	52
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela.....	52
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentalidade ...	54
1.4.3.3. Princípio da confiança	56
1.4.3.4. Princípio da adequação social.....	57
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima.....	57
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade	60
1.4.3.7. Princípio da humanidade.....	61
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	61
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico	61
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade	63
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato	63
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal.....	64
1.4.3.13. Princípio da personalidade.....	64
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva	64
1.4.3.15. Princípio da coculpabilidade ou corresponsabilidade	64
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador	64
1.6. Da parte geral do Código Penal: finalidade.....	65
2. Fontes do Direito Penal	66
2.1. Conceito.....	66

CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1

2.2.	Espécies.....	66
2.2.1.	De produção, material ou substancial	66
2.2.2.	Formal, de cognição ou de conhecimento.....	67
2.2.2.1.	Espécies de fonte formal	67
2.3.	Diferença entre norma e lei.....	67
2.4.	Da fonte formal imediata	68
2.4.1.	Conteúdo.....	68
2.4.2.	Característica.....	68
2.4.3.	Classificação.....	68
2.4.3.1.	Leis incriminadoras.....	68
2.4.3.2.	Leis não incriminadoras.....	68
2.4.3.3.	Leis não incriminadoras permissivas.....	68
2.4.3.4.	Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas	68
2.5.	Características das normas penais	69
2.5.1.	Exclusividade.....	69
2.5.2.	Anterioridade.....	69
2.5.3.	Imperatividade.....	69
2.5.4.	Generalidade	69
2.5.5.	Impessoalidade.....	69
2.6.	Normas penais em branco (cegas ou abertas).....	69
2.6.1.	Conceito.....	69
2.6.2.	Classificação.....	69
2.6.2.1.	Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas.....	69
2.6.2.2.	Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas	70
2.6.2.3.	Normas penais em branco ao avesso	70
2.7.	Das fontes formais mediatas	70
2.7.1.	Costume.....	70
2.7.1.1.	Elementos do costume	70
2.7.1.2.	Espécies de costume.....	70
2.7.2.	Princípios gerais do direito	71
2.8.	Formas de procedimento interpretativo.....	72
2.8.1.	Equidade.....	72
2.8.2.	Doutrina	72
2.8.3.	Jurisprudência	72
3.	Interpretação da Lei Penal	72
3.1.	Conceito.....	72
3.2.	Natureza.....	72
3.3.	Espécies.....	72
3.3.1.	Quanto ao sujeito que a elabora.....	72
3.3.1.1.	Autêntica ou legislativa.....	72

3.3.1.2.	Doutrinária ou científica.....	73
3.3.1.3.	Judicial.....	73
3.3.2.	Quanto aos meios empregados.....	73
3.3.2.1.	Gramatical, literal ou sintática.....	73
3.3.2.2.	Lógica ou teleológica	73
3.3.3.	Quanto ao resultado	73
3.3.3.1.	Declarativa	73
3.3.3.2.	Restritiva	73
3.3.3.3.	Extensiva	73
3.4.	O princípio <i>in dubio pro reo</i>	73
3.5.	Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	74
4.	Analogia.....	74
4.1.	Conceito.....	74
4.2.	Fundamento	75
4.3.	Natureza jurídica.....	75
4.4.	Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica	75
4.4.1.	Analogia.....	75
4.4.2.	Interpretação extensiva.....	75
4.4.3.	Interpretação analógica.....	75
4.5.	Espécies.....	75
4.5.1.	Legal ou <i>legis</i>	75
4.5.2.	Jurídica ou <i>juris</i>	76
4.5.3.	<i>In bonam partem</i>	76
4.5.4.	<i>In malam partem</i>	76
4.6.	Analogia em norma penal incriminadora	76
5.	Princípio da Legalidade	76
5.1.	Considerações preliminares.....	76
5.2.	Aspectos do princípio da legalidade	77
5.2.1.	Aspecto político	77
5.2.2.	Aspecto histórico	78
5.2.3.	Aspecto jurídico	79
5.3.	Princípios inerentes ao princípio da legalidade	79
5.3.1.	Princípio da reserva legal.....	79
5.3.1.1.	Reserva absoluta de lei.....	80
5.3.1.2.	Reserva absoluta de lei e medida provisória.....	80
5.3.1.3.	Taxatividade e vedação ao emprego da analogia....	81
5.3.1.4.	Taxatividade e descrição genérica	82
5.3.1.5.	Conteúdo material do princípio da reserva legal....	83
5.3.2.	Princípio da anterioridade da lei penal	84
6.	Irretroatividade da Lei Penal.....	84
6.1.	Considerações preliminares	85
6.2.	Aplicação	85

6.3.	Lei processual	86
6.3.1.	Lei processual híbrida	87
6.4.	Normas que tratam de execução da pena e o regime disciplinar diferenciado	88
6.5.	Vigência da lei.....	91
6.6.	Hipóteses de lei posterior.....	92
6.6.1.	<i>Abolitio criminis</i>	92
6.6.2.	<i>Novatio legis in mellius</i>	92
6.6.2.1.	Competência para aplicação da <i>novatio legis in mellius</i>	92
6.6.3.	<i>Novatio legis in pejus</i>	93
6.6.4.	<i>Novatio legis</i> incriminadora	93
6.6.5.	Dúvida quanto à lei mais benéfica.....	94
6.7.	Combinação de leis	94
6.8.	<i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i>	96
6.9.	Lei interpretativa – possibilidade de retroação	96
6.10.	Tempo do crime para a fixação da lei aplicável	96
6.10.1.	Crimes permanentes e crimes continuados	96
7.	Leis de vigência temporária	97
7.1.	Considerações preliminares	97
7.2.	Características	98
7.2.1.	Autorrevogabilidade	98
7.2.2.	Ultratividade	98
7.3.	Hipótese de retroatividade da lei posterior.....	99
7.4.	Alteração do complemento da norma penal em branco	99
8.	Tempo do crime e conflito aparente de normas	101
8.1.	Teorias sobre o momento do crime	101
8.2.	Conflito aparente de normas	102
8.2.1.	Conceito.....	102
8.2.2.	Elementos	102
8.2.3.	Princípios que solucionam o conflito aparente de normas ...	102
8.2.3.1.	Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat generali</i>	103
8.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria derogat subsidiariae</i>	105
8.2.3.3.	Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat consumptae</i>	107
8.2.3.4.	Princípio da alternatividade.....	111
9.	Territorialidade da lei penal brasileira	112
9.1.	Considerações preliminares	112
9.2.	Território nacional	113
9.2.1.	Componentes do território.....	113

9.2.2.	Extensão do território nacional	114
9.2.3.	Princípio do pavilhão ou da bandeira	114
9.2.4.	Navios	115
9.2.5.	Aeronaves	115
9.2.6.	Princípio da passagem inocente.....	116
9.2.7.	Asilo	116
9.3.	Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil.....	116
9.3.1.	Imunidades diplomáticas	116
9.3.1.1.	Entes abrangidos pela imunidade diplomática.....	116
9.3.1.2.	Imunidade diplomática e ofensa ao princípio da isonomia	117
9.3.2.	Imunidades parlamentares	117
9.3.2.1.	Imunidade material	117
9.3.2.2.	Imunidade processual	118
9.3.2.3.	Imunidade prisional	120
9.3.2.4.	Do foro especial por prerrogativa de função	120
9.3.3.	Inviolabilidade do advogado	121
10.	Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	122
10.1.	Considerações preliminares	123
10.2.	Formas de extraterritorialidade	123
10.2.1.	Incondicionada	123
10.2.2.	Condicionada	124
10.3.	Princípios para aplicação da extraterritorialidade.....	124
10.3.1.	Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa.....	124
10.3.2.	Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva.....	124
10.3.3.	Princípio real, da defesa ou proteção	124
10.3.4.	Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, <i>d</i> , e II, <i>a</i>)	124
10.3.5.	Princípio da representação	124
10.4.	Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade.....	125
10.5.	Aplicação	126
10.6.	Extradição	127
10.6.1.	Conceito	127
10.6.2.	Princípios aplicáveis	127
10.6.2.1.	Princípio da não extradição de nacionais.....	127
10.6.2.2.	Princípio da exclusão de crimes não comuns.....	127
10.6.2.3.	Princípio da prevalência dos tratados	127
10.6.2.4.	Princípio da legalidade	127
10.6.2.5.	Princípio da dupla tipicidade.....	127
10.6.2.6.	Princípio da preferência da competência nacional....	127
10.6.2.7.	Princípio da limitação em razão da pena.....	127
10.6.2.8.	Princípio da detração.....	127
10.7.	Jurisdição principal e subsidiária.....	128
10.8.	Tribunal Penal Internacional	128

10.8.1.	Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional	131
11.	Eficácia de sentença estrangeira	131
11.1.	Da homologação de sentença estrangeira	132
11.1.1.	Fundamento	132
11.1.2.	Competência	132
11.1.3.	Conteúdo da homologação	132
11.1.4.	Natureza jurídica	132
11.1.5.	Homologação e delibação obrigatória	132
11.1.6.	Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira	133
11.1.7.	Homologação e medida de segurança	133
11.1.8.	Procedimento	133
11.1.9.	Desnecessidade da homologação	133
12.	Do lugar do crime	134
12.1.	Considerações preliminares	134
12.2.	Teorias	134
12.2.1.	Teoria da atividade	134
12.2.2.	Teoria do resultado	134
12.2.3.	Teoria da ubiquidade ou mista	134
12.3.	Teoria adotada	134
12.3.1.	Crimes a distância ou de espaço máximo	135
12.3.2.	Delito plurilocal	136
12.3.3.	Crimes de menor potencial ofensivo	136
12.4.	Sobre a aplicação da teoria da ubiquidade nas várias hipóteses	136
12.4.1.	Nos crimes conexos	136
12.4.2.	No crime complexo	137
12.4.3.	Na coautoria, participação ou ajuste	137
12.4.4.	No delito permanente e no crime continuado	137
12.4.5.	Nos delitos habituais	137
12.5.	Regras especiais	137
13.	Contagem do prazo	143
13.1.	Considerações preliminares	143
13.2.	Contagem de mês e ano	144
13.3.	Prescrição e decadência	144
13.4.	Características	145
13.5.	Interrupção e suspensão	145
13.6.	Contagem dos prazos processuais	145
13.7.	Distinção entre prazo penal e prazo processual	145
14.	Teoria do crime	146
14.1.	Conceito de crime	146
14.1.1.	Aspecto material	146
14.1.2.	Aspecto formal	146

14.1.3.	Aspecto analítico	146
14.2.	Concepção bipartida e tripartida de crime	146
15.	Fato típico	148
15.1.	Conceito.....	148
15.2.	Elementos	148
15.2.1.	Conduta	149
15.2.1.1.	Conceito	149
15.2.1.2.	Distinção entre conduta e ato	150
15.2.1.3.	Teorias da conduta	150
15.2.1.4.	Elementos da conduta	168
15.2.1.5.	Ausência de voluntariedade	169
15.2.1.6.	Formas de conduta.....	169
15.2.1.7.	Caso fortuito e força maior	173
15.2.1.8.	Sujeitos da conduta típica.....	174
15.2.1.9.	Objeto jurídico e objeto material.....	181
15.2.2.	Resultado	182
15.2.2.1.	Conceito	182
15.2.2.2.	Distinção entre resultado e evento	182
15.2.2.3.	Teorias.....	182
15.2.3.	Nexo causal	183
15.2.3.1.	Conceito	183
15.2.3.2.	Natureza	183
15.2.3.3.	Nexo normativo	183
15.2.3.4.	Teorias para apontar o nexa causal	184
15.2.3.5.	Nexo causal nos diversos crimes.....	196
15.2.3.6.	Nexo causal nos crimes omissivos impróprios.....	196
15.2.3.7.	Superveniência causal.....	200
15.2.3.8.	Caso fortuito e força maior	205
15.2.4.	Tipicidade.....	207
15.2.4.1.	Conceito de tipo	207
15.2.4.2.	Espécies de tipo	208
15.2.4.3.	Conceito de tipicidade	209
15.2.4.4.	Distinção entre tipicidade e adequação típica.....	209
15.2.4.5.	Fases da tipicidade	210
15.2.4.6.	Adequação típica	213
15.2.4.7.	Elementos do tipo	214
15.2.4.8.	Espécies de tipo quanto aos elementos	216
15.2.4.9.	Tipo fundamental e tipos derivados	216
15.2.4.10.	Tipicidade conglobante	217
16.	O tipo penal nos crimes dolosos	219
16.1.	Conceito de dolo	219
16.2.	Elementos do dolo	219
16.3.	Abrangência do dolo	220

16.4.	Fases na conduta.....	220
16.4.1.	Fase interna	220
16.4.2.	Fase externa	220
16.5.	Teorias.....	222
16.5.1.	Teoria da vontade.....	222
16.5.2.	Teoria da representação	222
16.5.3.	Teoria do assentimento ou consentimento.....	222
16.5.4.	Teorias adotadas pelo Código Penal	222
16.6.	Espécies de dolo	222
16.6.1.	Dolo natural	222
16.6.2.	Dolo normativo	222
16.6.3.	Dolo direto ou determinado.....	223
16.6.4.	Dolo indireto ou indeterminado	224
16.6.5.	Dolo de dano	224
16.6.6.	Dolo de perigo	224
16.6.7.	Dolo genérico	225
16.6.8.	Dolo específico.....	225
16.6.9.	Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i>	225
16.6.10.	Dolo de primeiro grau e de segundo grau	226
16.7.	Dolo e dosagem da pena	226
16.8.	Dolo nos crimes comissivos por omissão.....	226
17.	O tipo penal nos crimes culposos	227
17.1.	Conceito de culpa	227
17.2.	Tipo aberto.....	228
17.3.	Crimes materiais.....	228
17.4.	Elementos do fato típico culposo	228
17.5.	Previsibilidade	228
17.5.1.	Objetiva	228
17.5.2.	Subjetiva	229
17.6.	Princípio do risco tolerado	229
17.7.	Princípio da confiança	229
17.8.	Inobservância do dever objetivo de cuidado	230
17.8.1.	Imprudência	230
17.8.2.	Negligência	230
17.8.3.	Imperícia	230
17.8.3.1.	Diferença entre imperícia e erro médico	231
17.9.	Espécies de culpa.....	231
17.9.1.	Culpa inconsciente	231
17.9.2.	Culpa consciente ou com previsão	231
17.9.3.	Culpa imprópria.....	232
17.9.3.1.	Responsabilização do agente na culpa imprópria.....	232
17.9.4.	Culpa presumida.....	233
17.9.5.	Culpa mediata ou indireta	233

17.10.	Graus de culpa	234
17.11.	Culpa nos delitos omissivos impróprios	234
17.12.	Participação no crime culposo.....	235
17.13.	Compensação de culpas	235
17.14.	Concorrência de culpas	236
18.	Crime preterdoloso	236
18.1.	Conceito	236
18.2.	Crime qualificado pelo resultado.....	236
18.3.	Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	236
18.3.1.	Dolo no antecedente e dolo no consequente.....	236
18.3.2.	Culpa no antecedente e culpa no consequente	237
18.3.3.	Culpa no antecedente e dolo no consequente	237
18.3.4.	Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preterdoloso)	237
18.4.	Nexo entre conduta e resultado agravador	237
18.5.	Do crime preterdoloso.....	237
18.5.1.	Componentes do crime preterdoloso	237
18.5.2.	Tentativa no crime preterdoloso	238
18.5.3.	Latrocínio.....	238
18.5.4.	Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima	238
18.5.4.1.	Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima.	238
19.	Erro de tipo	239
19.1.	Conceito.....	239
19.2.	Exemplos de erro de tipo.....	240
19.2.1.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador	240
19.2.2.	Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador	240
19.2.3.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo	241
19.2.4.	Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador	241
19.2.5.	Erro sobre dado irrelevante.....	241
19.3.	Erro de tipo e erro de direito.....	241
19.4.	Erro de tipo e erro de fato	242
19.5.	Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	242
19.6.	Formas de erro de tipo.....	243
19.6.1.	Erro de tipo essencial	243
19.6.1.1.	Conceito	243
19.6.1.2.	Característica do erro essencial	243
19.6.1.3.	Formas do erro essencial.....	243
19.6.1.4.	Efeitos do erro essencial	244
19.6.2.	Erro de tipo accidental.....	245

19.6.2.1.	Conceito	245
19.6.2.2.	Característica do erro acidental	245
19.6.2.3.	Espécies de erro de tipo acidental	245
19.7.	Descriminantes putativas	251
19.7.1.	Conceito	251
19.7.2.	Espécies de discriminações putativas	252
19.7.2.1.	Descriminante putativa por erro de proibição.....	252
19.7.2.2.	Descriminante putativa por erro de tipo.....	253
20.	Crime consumado	259
20.1.	Conceito.....	259
20.2.	Diferença entre crime consumado e exaurido	259
20.3.	A consumação nas várias espécies de crimes.....	259
20.4.	<i>Iter criminis</i>	260
20.4.1.	Cogitação	260
20.4.2.	Preparação	260
20.4.3.	Execução.....	260
20.4.3.1.	Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução.....	261
20.4.4.	Consumação.....	261
20.4.5.	Exaurimento	261
21.	Tentativa (<i>Conatus</i>).....	262
21.1.	Conceito	262
21.2.	Natureza jurídica	262
21.3.	Elementos	262
21.3.1.	Início de execução	262
21.3.1.1.	Critério lógico-formal	263
21.3.1.2.	Critério subjetivo	263
21.3.1.3.	Critério compositivo ou misto	263
21.3.1.4.	Critério adotado	264
21.4.	Formas.....	265
21.4.1.	Imperfeita	265
21.4.2.	Perfeita ou acabada	265
21.4.3.	Branca ou incruenta	265
21.4.4.	Cruenta	265
21.5.	Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima	265
21.6.	Infrações penais que não admitem tentativa	266
21.7.	Teorias.....	266
21.7.1.	Subjetiva	266
21.7.2.	Objetiva ou realística.....	266
21.7.3.	Teoria adotada	266
21.8.	Critério para redução da pena	267

22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	267
22.1. Considerações preliminares.....	267
22.2. Natureza jurídica.....	267
22.3. Elementos da tentativa abandonada.....	268
22.4. Distinção com a tentativa.....	268
22.5. Espécies de tentativa abandonada.....	268
22.5.1. Conceito de desistência voluntária.....	268
22.5.1.1. Desistência voluntária e terrorismo.....	269
22.5.2. Conceito de arrependimento eficaz.....	269
22.5.3. Ato voluntário e ato espontâneo.....	269
22.5.4. Ato voluntário e ato involuntário.....	270
22.5.5. Distinção.....	270
22.5.6. Consequência.....	270
23. Arrependimento posterior.....	271
23.1. Conceito.....	271
23.2. Natureza jurídica.....	271
23.3. Objetivo.....	271
23.4. Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz.....	271
23.5. Requisitos.....	271
23.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa...	271
23.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	272
23.5.3. Voluntariedade do agente.....	272
23.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	272
23.6. Redução da pena.....	272
23.7. Aplicação.....	272
23.8. Consequências da aplicação em casos específicos.....	272
23.8.1. A questão do peculato doloso.....	272
23.8.2. Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos.....	273
23.8.3. Outras hipóteses previstas em leis especiais.....	273
23.9. Comunicabilidade a coautores e partícipes.....	274
23.10. Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	274
23.10.1. Aplicação em casos específicos.....	274
23.10.1.1. Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).....	274
23.10.1.2. Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Crimi- nosas).....	275
23.10.1.3. Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas)	275
23.10.1.4. Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas).....	275
23.10.1.5. Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro).....	276
23.10.1.6. Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tribu- tária).....	276

24. Crime impossível.....	276
24.1. Conceito.....	276
24.2. Natureza jurídica	276
24.3. Hipóteses de crime impossível	277
24.3.1. Ineficácia absoluta do meio	277
24.3.2. Improriedade absoluta do objeto material	277
24.4. Critério de aferição da idoneidade.....	278
24.5. Outras hipóteses de crime impossível.....	278
24.5.1. Delito putativo por erro de tipo	278
24.5.2. Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado)	278
24.5.2.1. Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas	279
24.5.2.2. Flagrante preparado no delito de concussão.....	279
24.5.2.3. Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado	280
24.5.2.4. Flagrante prorrogado ou retardado	280
24.6. Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível.....	281
24.6.1. Sintomática.....	281
24.6.2. Subjetiva.....	281
24.6.3. Objetiva	281
24.6.4. Teoria adotada pelo Código Penal.....	281
24.7. Questões processuais	282
25. Classificação dos crimes	282
25.1. Quanto à qualidade do sujeito ativo.....	282
25.1.1. Crime comum	282
25.1.2. Crime próprio	283
25.1.3. Crime bipróprio	283
25.1.4. Crime de mão própria	283
25.2. Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico.....	283
25.2.1. Crime material	283
25.2.2. Crime formal	283
25.2.3. Crime de mera conduta	284
25.3. Quanto ao grau de intensidade do resultado.....	284
25.3.1. Crime de dano	284
25.3.2. Crime de perigo	284
25.4. Quanto ao modo de execução	284
25.4.1. Crime de forma livre.....	284
25.4.2. Crime de forma vinculada	284
25.5. Com relação à forma como o crime é praticado	285
25.5.1. Crime comissivo.....	285
25.5.2. Crime omissivo	285

25.5.2.1.	Crime omissivo próprio	285
25.5.2.2.	Crime omissivo impróprio.....	285
25.5.3.	Crime de conduta mista	286
25.6.	Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta.....	286
25.6.1.	Crime unissubsistente	286
25.6.2.	Crime plurissubsistente	286
25.7.	Quanto ao momento em que se consuma o crime.....	286
25.7.1.	Crime instantâneo.....	286
25.7.2.	Crime permanente.....	286
25.7.3.	Crime instantâneo de efeitos permanentes	286
25.7.4.	Crime a prazo	287
25.8.	Quanto ao número de bens jurídicos atingidos.....	287
25.8.1.	Crime mono-ofensivo	287
25.8.2.	Crime pluri-ofensivo	287
25.9.	Quanto ao número de agentes envolvidos.....	287
25.9.1.	Crime de concurso necessário	287
25.9.2.	Crime de concurso eventual	287
25.9.3.	Crime eventualmente coletivo	287
25.10.	Quanto ao número de vítimas	288
25.10.1.	Crime de subjetividade passiva única	288
25.10.2.	Crime de dupla subjetividade passiva	288
25.11.	Quanto ao local em que o crime é praticado.....	288
25.11.1.	Crime a distância	288
25.11.2.	Crime plurilocal	288
25.12.	Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal.....	288
25.12.1.	Crime simples	288
25.12.2.	Crime complexo	288
25.13.	Quanto à existência autônoma do crime	289
25.13.1.	Crime principal	289
25.13.2.	Crime acessório.....	289
25.14.	Quanto ao vínculo existente entre os crimes	289
25.14.1.	Crime independente.....	289
25.14.2.	Crime conexo.....	289
25.15.	Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova.....	289
25.15.1.	Delito de fato permanente (<i>delicta facti permanentis</i>)	289
25.15.2.	Delito de fato transeunte (<i>delicta facti transeuntis</i>)	289
25.16.	Quanto à liberdade para iniciar a ação penal	290
25.16.1.	Crime condicionado.....	290
25.16.2.	Crime incondicionado.....	290
25.17.	Outras classificações	290
25.17.1.	Crime gratuito	290
25.17.2.	Crime de ímpeto.....	290
25.17.3.	Crime de ação violenta	290

25.17.4.	Crime de ação astuciosa.....	290
25.17.5.	Crime de impressão	290
25.17.6.	Delito de tendência	290
25.17.7.	Delito de intenção.....	291
25.17.8.	Crime de expressão.....	291
25.17.9.	Delito mutilado de dois atos.....	291
25.17.10.	Crime exaurido.....	291
25.17.11.	Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto	291
25.17.12.	Crime falho	292
25.17.13.	Delito de atentado ou de empreendimento	292
25.17.14.	Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição.....	292
25.17.15.	Crime obstáculo	292
25.17.16.	Quase-crime	292
25.17.17.	Crime progressivo	292
25.17.18.	Progressão criminosa	292
25.17.19.	Crime remetido.....	293
25.17.20.	Crime subsidiário.....	293
25.17.21.	Crime de ação múltipla ou conteúdo variado	293
25.17.22.	Crime de opinião	293
25.17.23.	Crime multitudinário	293
25.17.24.	Delito de circulação.....	293
25.17.25.	Crime vago	293
25.17.26.	Crime habitual	293
25.17.27.	Crime profissional	294
25.17.28.	Crime funcional (<i>delicta in officio</i>).....	294
25.17.29.	Crime internacional ou mundial.....	294
25.17.30.	Crime militar	294
26.	Ilicitude	294
26.1.	Conceito.....	294
26.2.	Antijuridicidade e ilicitude	295
26.3.	Diferença entre ilícito e injusto.....	295
26.4.	Teorias da ilicitude	296
26.4.1.	Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906).....	296
26.4.2.	Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915)	296
26.4.3.	Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930).....	296
26.4.4.	Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel)	297
26.4.5.	Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i>	297
26.5.	Exame da ilicitude: análise por exclusão	297
26.6.	Espécies.....	298
26.6.1.	Ilicitude formal	298

26.6.2.	Ilicitude material	298
26.6.3.	Ilicitude subjetiva	299
26.6.4.	Ilicitude objetiva	299
26.7.	Causas de exclusão da ilicitude	299
26.7.1.	Causas supralegais	299
26.7.2.	Causas legais	299
26.8.	Questões processuais	300
27.	Estado de necessidade	300
27.1.	Conceito.....	300
27.2.	Natureza jurídica.....	301
27.3.	Causa de diminuição de pena.....	301
27.4.	Aplicação: faculdade do juiz ou direito do réu?.....	301
27.5.	Teorias.....	301
27.5.1.	Unitária.....	301
27.5.2.	Diferenciadora ou da diferenciação	302
27.5.3.	Da equidade (<i>adäquitätstheorie</i>)	302
27.6.	Requisitos.....	303
27.6.1.	Situação de perigo	303
27.6.1.1.	O perigo deve ser atual.....	303
27.6.1.2.	O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio..	303
27.6.1.3.	O perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente	304
27.6.1.4.	Inexistência do dever legal de arrostar o perigo...	305
27.6.2.	Conduta lesiva	305
27.6.2.1.	Inevitabilidade do comportamento.....	305
27.6.2.2.	Razoabilidade do sacrifício	305
27.6.2.3.	Conhecimento da situação justificante	306
27.7.	Formas de estado de necessidade.....	306
27.7.1.	Quanto à titularidade do interesse protegido.....	306
27.7.2.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente	306
27.7.3.	Quanto ao terceiro que sofre a ofensa	306
27.8.	Casos específicos	306
27.8.1.	Crimes habituais, permanentes e reiteração criminosa.....	306
27.8.2.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	307
27.8.3.	Porte de arma e estado de necessidade	307
28.	Legítima defesa	307
28.1.	Conceito.....	307
28.2.	Fundamento	307
28.3.	Natureza jurídica	307
28.4.	Requisitos.....	308
28.4.1.	Agressão injusta	308
28.4.1.1.	Provocação do agente.....	308

28.4.2.	Agressão atual ou iminente.....	309
28.4.3.	Agressão a direito próprio ou de terceiro	309
	28.4.3.1. Legítima defesa da honra	309
28.4.4.	Meios necessários.....	310
	28.4.4.1. Desnecessidade do meio	310
28.4.5.	Moderação.....	311
	28.4.5.1. Imoderação	311
	28.4.5.2. Excesso.....	311
28.4.6.	Conhecimento da situação justificante.....	312
28.4.7.	<i>Commodus discessus</i>	312
	28.4.7.1. Inevitabilidade da agressão e <i>commodus dis-</i> <i>cessus</i>	312
28.5.	Hipóteses de cabimento da legítima defesa.....	313
	28.5.1. Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável.....	313
	28.5.2. Legítima defesa contra agressão acobertada por qualquer outra causa de exclusão da culpabilidade.....	313
	28.5.3. Legítima defesa real contra legítima defesa putativa.....	313
	28.5.4. Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa ...	314
	28.5.5. Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva	314
	28.5.6. Legítima defesa putativa contra legítima defesa real	314
	28.5.7. Legítima defesa real contra legítima defesa culposa	315
28.6.	Hipóteses de não cabimento da legítima defesa.....	315
28.7.	Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri.....	315
28.8.	Outros conceitos.....	316
	28.8.1. Legítima defesa sucessiva.....	316
	28.8.2. Legítima defesa putativa.....	316
	28.8.3. Legítima defesa subjetiva	316
	28.8.4. Legítima defesa recíproca	316
	28.8.5. Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro	316
	28.8.6. <i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva	316
	28.8.7. Legítima defesa e tentativa	316
	28.8.8. “Legítima defesa da honra”	316
28.9.	Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade	317
29.	Estrito cumprimento do dever legal.....	317
	29.1. Conceito.....	317
	29.2. Fundamento	317
	29.3. Requisitos.....	318
	29.3.1. Dever legal	318
	29.3.2. O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei.....	318
	29.3.3. Conhecimento da situação justificante.....	318
	29.4. Alcance da excludente.....	318
	29.5. Coautores e partícipes	318
	29.6. Crime culposos.....	319

30. Exercício regular de direito	319
30.1. Conceito.....	319
30.2. Fundamento	319
30.3. Alcance do exercício regular do direito	319
30.4. Requisitos	319
30.4.1. Significado da expressão “direito”	319
30.4.2. Conhecimento da situação justificante	320
30.5. Aplicação em casos específicos	320
30.5.1. Intervenções médicas e cirúrgicas	320
30.5.2. Violência desportiva	321
30.5.3. Ofendículos (<i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i>)	322
30.5.4. Defesa mecânica predisposta	322
30.6. Consentimento do ofendido	323
30.6.1. Irrelevante penal	323
30.6.2. Causa de exclusão da tipicidade.....	323
30.6.3. Causa de exclusão da ilicitude	323
30.6.4. Causa de extinção da punibilidade	324
30.6.5. Causa de diminuição de pena	324
30.6.6. Consentimento da vítima nos delitos culposos.....	324
30.6.7. Operações cirúrgicas	324
30.6.8. Ordem pública e bons costumes	324
30.7. Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo.....	325
31. Culpabilidade.....	325
31.1. Conceito	325
31.2. A culpabilidade como juízo de reprovação.....	325
31.3. Grau de culpabilidade	326
31.4. Culpabilidade do autor	326
31.5. Culpabilidade do fato	326
31.6. Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva	327
31.6.1. Período primitivo do Direito Penal.....	327
31.6.2. Talião	327
31.6.3. Período do direito romano	328
31.6.4. Período germânico	328
31.6.5. Idade Média.....	328
31.6.6. Período moderno	328
31.6.7. Escola Clássica	329
31.6.8. Escola Positiva italiana	329
31.6.9. Período atual	329
31.6.10. <i>Versari in re illicita</i>	330
31.7. Teorias.....	330
31.7.1. Teoria psicológica da culpabilidade	330
31.7.2. Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade	331

CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1

31.7.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	331
31.7.4.	Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade.....	332
31.7.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	332
31.8.	Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal	333
31.8.1.	Imputabilidade.....	333
31.8.1.1.	Conceito.....	333
31.8.1.2.	Distinção entre imputabilidade e capacidade	333
31.8.1.3.	Distinção entre dolo e imputabilidade	334
31.8.1.4.	Distinção entre imputabilidade e responsabilidade.....	334
31.8.1.5.	Regra.....	334
31.8.1.6.	Causas que excluem a imputabilidade	334
31.8.1.7.	Critérios de aferição da inimputabilidade	342
31.8.1.8.	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico	343
31.8.1.9.	Questões atinentes à emoção e paixão.....	343
31.8.1.10.	Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída.....	345
31.8.1.11.	Questões processuais.....	346
31.8.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	347
31.8.2.1.	Erro de direito	347
31.8.2.2.	Erro de proibição	348
31.8.3.	Exigibilidade de conduta diversa	352
31.8.3.1.	Introdução	352
31.8.3.2.	Conceito.....	352
31.8.3.3.	Natureza jurídica	352
31.8.3.4.	Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa	352
31.9.	Responsabilidade penal objetiva	357
32.	Concurso de pessoas.....	358
32.1.	Nomenclatura	358
32.2.	Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas	358
32.2.1.	Monossubjetivos ou de concurso eventual.....	358
32.2.2.	Plurissubjetivos ou de concurso necessário.....	358
32.2.2.1.	De condutas paralelas	358
32.2.2.2.	De condutas convergentes	359
32.2.2.3.	De condutas contrapostas.....	359
32.3.	Espécies de concurso de pessoas.....	359
32.3.1.	Concurso necessário.....	359
32.3.2.	Concurso eventual.....	359
32.4.	Autoria.....	359
32.4.1.	Teoria unitária	360
32.4.2.	Teoria extensiva	360

32.4.3.	Teoria restritiva.....	360
32.4.3.1.	Teoria ou critério objetivo-formal.....	360
32.4.3.2.	Teoria ou critério objetivo-material.....	361
32.4.3.3.	Teoria do domínio do fato.....	361
32.5.	Formas de concurso de pessoas.....	364
32.5.1.	Coautoria.....	364
32.5.1.1.	Coautoria no crime omissivo próprio	365
32.5.1.2.	Coautoria parcial ou funcional.....	365
32.5.2.	Participação.....	366
32.6.	Diferença entre autor e partícipe.....	366
32.7.	Natureza jurídica do concurso de agentes.....	366
32.7.1.	Teoria unitária ou monista	366
32.7.2.	Teoria dualista	366
32.7.3.	Teoria pluralista ou pluralística	366
32.7.4.	Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas	366
32.7.4.1.	Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta	367
32.8.	Da participação.....	367
32.8.1.	Natureza jurídica da participação	367
32.8.2.	Espécies de acessoriedade	368
32.8.2.1.	Mínima	369
32.8.2.2.	Limitada.....	369
32.8.2.3.	Extremada.....	369
32.8.2.4.	Hiperaccessoriedade	369
32.8.2.5.	Teoria adotada pelo Código Penal	369
32.8.3.	Formas de participação.....	370
32.8.3.1.	Moral.....	370
32.8.3.2.	Material.....	370
32.8.3.3.	Cumplicidade	370
32.8.4.	Participação e crime culposos.....	372
32.8.5.	Participação de participação	372
32.8.6.	Participação sucessiva.....	372
32.8.7.	Convência ou participação negativa (<i>crimen silenti</i>).....	373
32.8.8.	Participação por omissão.....	373
32.8.9.	Participação em crime omissivo.....	374
32.8.10.	Participação impunível.....	374
32.9.	Requisitos do concurso de pessoas	374
32.9.1.	Pluralidade de condutas	374
32.9.2.	Relevância causal de todas as condutas.....	374
32.9.3.	Liame subjetivo ou concurso de vontades	375
32.9.4.	Identidade de infração para todos.....	375
32.10.	Outros conceitos	375
32.10.1.	Autoria mediata.....	375

32.10.2.	Autoria colateral.....	376
32.10.3.	Autoria incerta	377
32.10.4.	Autoria desconhecida ou ignorada.....	377
32.10.5.	Multidão delinquente	377
32.10.6.	Delação e colaboração premiadas	377
33.	Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias	378
33.1.	Das circunstâncias.....	378
33.1.1.	Conceito.....	378
33.1.2.	Espécies de circunstâncias.....	379
33.1.2.1.	Subjetivas ou de caráter pessoal	379
33.1.2.2.	Objetivas.....	379
33.2.	Das elementares	379
33.2.1.	Conceito.....	379
33.2.2.	Espécies de elementares	380
33.3.	Circunstâncias elementares.....	380
33.4.	A regra do art. 30 do CP	380
33.5.	Casos específicos.....	381
33.5.1.	Concurso de pessoas no infanticídio	381
33.5.2.	Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio....	382
33.6.	Participação impunível.....	383
34.	Da sanção penal.....	383
34.1.	Considerações preliminares	383
34.2.	Conceito de pena	383
34.3.	Finalidades.....	383
34.3.1.	Teoria absoluta ou da retribuição.....	384
34.3.2.	Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção	384
34.3.3.	Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória.....	384
34.4.	Características da pena	384
34.4.1.	Legalidade.....	384
34.4.2.	Anterioridade.....	384
34.4.3.	Personalidade	384
34.4.4.	Individualidade.....	384
34.4.5.	Inderrogabilidade	384
34.4.6.	Proporcionalidade	385
34.4.7.	Humanidade	385
34.5.	Classificação	385
35.	Das penas privativas de liberdade	385
35.1.	Espécies.....	385
35.2.	Regimes penitenciários	385
35.3.	Do regime inicial de cumprimento de pena	385
35.3.1.	Considerações preliminares	385

35.3.2.	Sentença omissa quanto ao regime inicial.....	386
35.3.3.	Gravidade do delito e regime inicial fechado.....	386
35.3.4.	Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão	386
35.3.5.	Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção.....	387
35.3.5.1.	Regime inicial fechado na pena de detenção.....	387
35.3.6.	Regime inicial na pena de prisão simples	388
35.3.7.	Soma e unificação de penas para aplicação da regra do concurso de crimes e regime inicial de cumprimento de pena ..	388
35.4.	Classificação dos condenados e individualização da execução penal	389
35.5.	Da progressão de regime.....	390
35.5.1.	Considerações preliminares e conceito.....	390
35.5.2.	Requisitos para a progressão de regime.....	391
35.5.3.	Manifestação do Ministério Público e do defensor	392
35.5.4.	Progressão por salto	392
35.5.5.	Falta de vaga no regime semiaberto	393
35.5.6.	Preso provisório e progressão de regime	394
35.5.7.	<i>Habeas corpus</i> e progressão de regime	394
35.5.8.	Progressão de regime em casos específicos.....	395
35.5.8.1.	Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90)	395
35.5.8.2.	Progressão de regime no crime de tortura: a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97.....	398
35.5.8.3.	Progressão de regime e Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	399
35.5.8.4.	Progressão nos crimes contra a administração pública.....	399
35.6.	Das regras nos regimes penitenciários	400
35.6.1.	Regime fechado.....	400
35.6.2.	Regime semiaberto.....	405
35.6.3.	Regime aberto.....	408
35.6.3.1.	Requisitos.....	408
35.6.3.2.	Condições	408
35.6.3.3.	Casa do Albergado.....	408
35.6.3.4.	Prisão-albergue domiciliar	409
35.6.3.5.	Outras regras	409
35.6.3.6.	Regressão de regime	410
35.6.4.	Regime disciplinar diferenciado.....	411
35.7.	Direitos do preso.....	415
35.7.1.	Superveniência de doença mental	417
35.8.	Da detração penal.....	418
35.8.1.	Conceito.....	418
35.8.2.	Detração e pena privativa de liberdade	418
35.8.3.	Detração e medidas cautelares diversas da prisão	418
35.8.4.	Detração e o juízo da execução.....	420

35.8.5.	Detração em penas restritivas de direitos	421
35.8.6.	Detração e medida de segurança	421
35.8.7.	Detração em pena de multa.....	421
35.8.8.	Detração e <i>sursis</i>	422
35.8.9.	Detração e prisão provisória em outro processo.....	422
35.8.10.	Detração para fins de prescrição.....	423
36.	Das penas restritivas de direitos.....	423
36.1.	Considerações preliminares	423
36.1.1.	Antecedente histórico.....	423
36.1.2.	Alternativas penais	423
36.1.3.	Conceito de medidas penais alternativas	423
36.1.4.	Classificação das medidas penais alternativas	423
36.1.5.	Conceito de penas alternativas.....	424
36.1.6.	Classificação das penas alternativas	424
36.1.6.1.	Penas alternativas consensuais.....	424
36.1.6.2.	Penas alternativas não consensuais	424
36.1.7.	Diferença entre medidas penais alternativas e penas alter- nativas	424
36.2.	Das penas alternativas em geral	424
36.2.1.	Penas alternativas e Lei n. 9.714/98	424
36.2.2.	Natureza do elenco legal das penas alternativas	425
36.2.3.	Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro	425
36.2.4.	Objetivos da atual lei	426
36.2.5.	Classificação das infrações penais segundo o grau de lesi- vidade para incidência do sistema alternativo.....	426
36.2.6.	Incidência do sistema penal alternativo.....	426
36.2.7.	Espécies das penas alternativas.....	427
36.3.	Das penas alternativas restritivas de direito	427
36.3.1.	Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	427
36.3.1.1.	Penas restritivas de direitos em sentido estrito....	427
36.3.1.2.	Penas restritivas de direitos pecuniárias	427
36.3.2.	Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias.....	427
36.3.3.	Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos	428
36.3.3.1.	Requisitos objetivos	428
36.3.3.2.	Requisitos subjetivos	428
36.3.3.3.	Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes.....	428
36.3.4.	Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas	429
36.3.4.1.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça..	429

36.3.4.2.	Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, <i>caput</i>), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contravenção de vias de fato (LCP, art. 21).....	429
36.3.4.3.	Violência doméstica e familiar contra a mulher ...	429
36.3.4.4.	Condenação por crime hediondo.....	430
36.3.4.5.	Condenação por tráfico de drogas.....	430
36.3.4.6.	Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossi- bilidade de resistência	431
36.3.4.7.	Lei de Lavagem de Dinheiro	431
36.3.4.8.	Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016	431
36.3.4.9.	Aplicação em casos de reincidência.....	432
36.3.4.10.	A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa	434
36.3.5.	Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas.....	435
36.3.5.1.	Condenação posterior a pena privativa de liber- dade	435
36.3.5.2.	Regime aberto e <i>sursis</i>	437
36.3.5.3.	Regime fechado e semiaberto	437
36.3.5.4.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente	437
36.3.6.	Das penas alternativas restritivas de direito em sentido es- trito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos).....	437
36.3.6.1.	Características	437
36.3.6.2.	Duração.....	438
36.3.6.3.	Possibilidade de cumulação	439
36.3.6.4.	Tipos de penas restritivas de direitos.....	439
36.3.6.5.	Espécies.....	439
36.3.6.6.	Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	441
36.4.	Das penas alternativas pecuniárias.....	446
36.4.1.	Prestação pecuniária	446
36.4.2.	Prestação inominada.....	447
36.4.3.	Perda de bens e valores	448
36.4.4.	Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV).....	449
36.4.5.	Execução da prestação pecuniária.....	450
37.	Da pena de multa	452
37.1.	CrITÉrio adotado	452
37.2.	EspÉcies	452
37.3.	Destinação da pena de multa	452
37.4.	Cálculo do valor da pena de multa	452
37.4.1.	Identificação do número de dias-multa.....	452

37.4.2.	Identificação do valor de cada dia-multa	453
37.4.2.1.	Correção monetária	453
37.5.	Valor irrisório	454
37.6.	Conversão da multa em pena de detenção	454
37.7.	Superveniência de doença mental	454
37.8.	Da multa substitutiva ou vicariante	455
37.8.1.	Previsão legal	455
37.8.2.	Aplicação	455
37.8.3.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente.....	456
37.8.4.	Cumulação de multas	456
37.9.	Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher	456
37.10.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa	457
38.	Das medidas de segurança	457
38.1.	Conceito.....	457
38.2.	Finalidade.....	457
38.3.	Sistemas.....	457
38.4.	Pressupostos	457
38.4.1.	Prática do crime	457
38.4.2.	Periculosidade.....	458
38.5.	Espécies de medida de segurança	458
38.5.1.	Medida de segurança detentiva	458
38.5.1.1.	Características	458
38.5.1.2.	Local da internação.....	459
38.5.1.3.	Desinternação	459
38.5.1.4.	Possibilidade de aplicação de medida de segurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	459
38.5.2.	Medida de segurança restritiva	460
38.5.2.1.	Características	460
38.5.2.2.	Critério para fixar o prazo mínimo.....	460
38.5.2.3.	Liberação.....	460
38.5.2.4.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	460
38.6.	Semi-imputável (CP, art. 98).....	461
38.7.	Inimputabilidade e medida de segurança.....	461
38.8.	Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF) ...	461
38.9.	Procedimento para execução da medida de segurança	461
38.10.	Aplicação provisória da medida de segurança	462
38.11.	Competência para revogar a medida de segurança	462
38.12.	Medida de segurança e a detração.....	462
38.13.	Medida de segurança e prescrição	462

38.14. Conversão da pena em medida de segurança.....	463
38.15. Medida de segurança e Lei n. 12.403/2011.....	463
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança	464
38.17. Medida de segurança e indulto	464
38.18. Internação cível	464
39. Da aplicação da pena	464
39.1. Elementar.....	464
39.2. Das circunstâncias	465
39.2.1. Conceito	465
39.2.2. Classificação das circunstâncias	465
39.2.2.1. Quanto à sua natureza.....	465
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação.....	465
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais.....	465
39.2.3.1. Gerais ou genéricas	465
39.2.3.2. Especiais ou específicas	466
39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena	466
39.2.4.1. Fundamento legal.....	466
39.2.4.2. Regras básicas.....	468
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena.....	469
40. Da reincidência	487
40.1. Conceito.....	487
40.1.1. Reincidência	487
40.1.2. Reincidência específica	488
40.1.3. Reincidente em crime doloso	488
40.2. O conceito de primariedade e a reincidência.....	488
40.2.1. Primariedade técnica.....	489
40.3. Natureza jurídica.....	490
40.4. Prova da reincidência.....	490
40.5. Incomunicabilidade.....	490
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas.....	490
40.6.1. Contravenção anterior e posterior.....	490
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime.....	491
40.6.3. Condenação no estrangeiro.....	491
40.6.4. Multa anterior	491
40.6.5. Reabilitação criminal.....	491
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior	491
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento.....	491
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89)...	491
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4º e 6º).....	492
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único)...	492
40.6.11. Perdão judicial.....	492
40.7. Ocorrência	492

40.8.	Crimes que não induzem reincidência.....	492
40.9.	Efeitos da reincidência	493
40.10.	Prescrição da reincidência.....	494
40.10.1.	Termo inicial do período depurador	494
40.10.2.	Termo final do período depurador.....	494
40.11.	Sistema da temporariedade da reincidência.....	495
40.12.	Reincidência e maus antecedentes.....	495
41.	Suspensão condicional da pena	495
41.1.	Origem.....	495
41.2.	Conceito.....	495
41.3.	<i>Sursis</i> e a Lei n. 9.714/98.....	495
41.4.	Natureza jurídica.....	496
41.5.	Sistemas.....	497
41.6.	Requisitos.....	497
41.6.1.	Objetivos	497
41.6.2.	Subjetivos.....	498
41.7.	Espécies de <i>sursis</i>	499
41.7.1.	Etário.....	499
41.7.2.	Humanitário.....	499
41.7.3.	Simple.....	500
41.7.4.	Especial	500
41.7.4.1.	Cumulação das condições do <i>sursis</i> especial no <i>sursis</i> simples.....	500
41.8.	Condições	501
41.9.	<i>Sursis</i> incondicionado.....	501
41.10.	Possibilidade de o juiz das execuções fixar condições para o <i>sursis</i> em caso de omissão do juízo da condenação.....	501
41.11.	Período de prova	502
41.12.	Obrigatoriedade de manifestação sobre o <i>sursis</i>	502
41.13.	<i>Sursis</i> e crime hediondo.....	502
41.14.	<i>Sursis</i> e Lei n. 9.605/98 (Lei Ambiental).....	502
41.15.	<i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais	502
41.16.	Dupla concessão ao mesmo réu em processos distintos.....	503
41.17.	Detração e <i>sursis</i>	503
41.18.	Da revogação do <i>sursis</i>	503
41.18.1.	Formas de revogação.....	503
41.18.1.1.	Revogação obrigatória.....	503
41.18.1.2.	Revogação facultativa.....	504
41.18.2.	Exigência de oitiva do condenado para a revogação do benefício.....	504
41.18.3.	Prorrogação e extinção automáticas (CP, art. 81, § 2º).....	505
41.18.3.1.	Conflito com o art. 82 do CP	505

41.18.3.2.	Prática de crime ou contravenção após o vencimento do período de prova do <i>sursis</i> e prorrogação ...	506
41.18.3.3.	Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação	506
41.18.3.4.	Insubsistência das condições durante a prorrogação	507
41.19.	Extinção sem oitiva do Ministério Público	507
41.20.	Cassação do <i>sursis</i>	508
41.21.	<i>Sursis</i> e revelia	508
41.22.	Renúncia ao <i>sursis</i>	508
41.23.	<i>Sursis</i> para estrangeiro	509
41.24.	<i>Habeas corpus</i> para pleitear <i>sursis</i>	509
42.	Livramento condicional	509
42.1.	Conceito	509
42.2.	Natureza jurídica	509
42.3.	Distinção com <i>sursis</i>	509
42.4.	Requisitos	510
42.4.1.	Objetivos	510
42.4.1.1.	Reincidente específico	510
42.4.1.2.	Condenado primário, mas portador de maus antecedentes	511
42.4.2.	Subjetivos	512
42.4.3.	Requisitos procedimentais	512
42.5.	Livramento condicional antes do trânsito em julgado	513
42.6.	Livramento condicional humanitário	514
42.7.	Exame criminológico	514
42.8.	Condições do livramento	515
42.8.1.	Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1 ^o)	515
42.8.2.	Facultativas (LEP, art. 132, § 2 ^o)	515
42.8.3.	Judiciais	515
42.8.4.	Condição legal indireta	515
42.9.	Da revogação do livramento	515
42.9.1.	Obrigatória	515
42.9.2.	Facultativa	515
42.9.2.1.	Opções do juiz na revogação facultativa	516
42.9.3.	Causas de revogação judiciais	516
42.9.4.	Causas de revogação legais	516
42.9.5.	Efeitos da revogação do livramento	516
42.10.	Suspensão do livramento	517
42.10.1.	Na hipótese de crime cometido durante a vigência do benefício (art. 86, I)	517
42.10.2.	Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1 ^a parte)	518

45.2.	Sistemas.....	532
45.3.	Espécies.....	532
45.3.1.	Concurso material ou real.....	532
45.3.1.1.	Conceito.....	532
45.3.1.2.	Concurso material e crime continuado.....	533
45.3.1.3.	Espécies.....	533
45.3.1.4.	Aplicação de penas	533
45.3.1.5.	Pena privativa de liberdade somada com restritiva de direitos.....	533
45.3.1.6.	Pena restritiva de direitos com outra restritiva....	533
45.3.1.7.	Juiz competente para a aplicação da regra do concurso material	533
45.3.1.8.	Concurso material e prescrição	533
45.3.2.	Concurso formal ou ideal.....	534
45.3.2.1.	Conceito.....	534
45.3.2.2.	Requisitos do concurso formal.....	534
45.3.2.3.	Espécies.....	535
45.3.2.4.	Aplicação da pena	536
45.3.2.5.	Teorias.....	536
45.3.2.6.	Concurso material benéfico.....	536
45.3.2.7.	Concurso formal e crime único.....	537
45.3.2.8.	Concurso formal e prescrição.....	537
45.3.3.	Crime continuado	537
45.3.3.1.	Conceito.....	537
45.3.3.2.	Crime continuado e o concurso formal.....	537
45.3.3.3.	Espécies.....	538
45.3.3.4.	Aplicação da pena.....	538
45.3.3.5.	Concurso material benéfico.....	538
45.3.3.6.	Incidência do aumento de pena no crime continuado.....	538
45.3.3.7.	A pena nas hipóteses de concurso formal homogêneo como componente do crime continuado....	538
45.3.3.8.	Momento da unificação da pena.....	539
45.3.3.9.	Natureza jurídica.....	539
45.3.3.10.	Requisitos.....	540
45.3.3.11.	Teorias sobre a unidade de desígnio.....	540
45.3.3.12.	Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa.....	542
45.3.3.13.	Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes.....	543
45.3.3.14.	Condições semelhantes	543
45.3.3.15.	Crime continuado entre delitos culposos.....	546
45.3.3.16.	Consumação e tentativa	546
45.3.3.17.	Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo.....	546

45.3.3.18. Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional.....	547
45.3.3.19. A pena no crime continuado para efeitos da prescrição.....	547
45.3.3.20. Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes.....	547
46. Limites de penas.....	548
46.1. Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade.....	548
46.2. Nova condenação.....	548
46.3. Limite da pena de multa.....	549
47. Ação penal.....	549
47.1. Conceito.....	549
47.2. Características.....	549
47.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	549
47.4. As condições da ação penal.....	551
47.4.1. Condições da ação penal, absolvição sumária e Lei n. 11.719/2008.....	553
47.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	553
47.5.1. Titularidade.....	553
47.5.2. Princípios.....	554
47.6. Ação penal pública condicionada.....	556
47.6.1. Conceito.....	556
47.6.2. Ação penal pública condicionada à representação.....	557
47.6.2.1. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	557
47.6.2.2. Natureza jurídica da representação.....	558
47.6.2.3. Conceito de representação.....	558
47.6.2.4. Titular do direito de representação.....	558
47.6.2.5. Prazo da representação.....	559
47.6.2.6. Forma da representação.....	560
47.6.2.7. Destinatário da representação.....	561
47.6.2.8. Irretratibilidade da representação.....	561
47.6.2.9. Não vinculação da representação.....	562
47.6.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	562
47.6.3.1. Hipóteses de requisição.....	562
47.6.3.2. Prazo para o oferecimento da requisição.....	562
47.6.3.3. Eficácia objetiva da requisição.....	562
47.6.3.4. Conteúdo da requisição.....	562
47.6.3.5. Destinatário da requisição.....	563
47.6.3.6. Retratação da requisição.....	563
47.6.3.7. Vinculação da requisição.....	563
47.7. Ação penal privada.....	563

47.7.1.	Conceito	563
47.7.2.	Fundamento	563
47.7.3.	Titular	563
47.7.4.	Princípios	564
47.7.5.	Espécies de ação penal privada	565
47.7.5.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita	565
47.7.5.2.	Ação privada personalíssima	565
47.7.5.3.	Subsidiária da pública	566
47.7.6.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	566
47.7.7.	Prazo da ação penal privada	567
48.	Causas de extinção da punibilidade.....	568
48.1.	Conceito e efeitos da extinção da punibilidade.....	568
48.2.	Causas extintivas da punibilidade	568
48.2.1.	Morte do agente (inciso I).....	568
48.2.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	570
48.2.2.1.	Anistia	570
48.2.2.2.	Indulto e graça em sentido estrito	571
48.2.3.	Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>).....	575
48.2.4.	Renúncia ao direito de queixa.....	576
48.2.4.1.	Conceito	576
48.2.4.2.	Oportunidade	576
48.2.4.3.	Cabimento	576
48.2.4.4.	Formas	576
48.2.4.5.	Recebimento de indenização	576
48.2.4.6.	Ofendido maior de 18 anos	576
48.2.4.7.	Queixa oferecida contra um dos ofensores	577
48.2.4.8.	Crimes de dupla subjetividade passiva	577
48.2.4.9.	Morte do ofendido	577
48.2.5.	Perdão do ofendido.....	577
48.2.5.1.	Conceito	577
48.2.5.2.	Distinção entre perdão e renúncia	577
48.2.5.3.	Oportunidade	578
48.2.5.4.	Cabimento	578
48.2.5.5.	Formas	578
48.2.5.6.	Titularidade da concessão do perdão	578
48.2.5.7.	Da aceitação do perdão	578
48.2.6.	Perempção.....	579
48.2.6.1.	Conceito	579
48.2.6.2.	Oportunidade	579
48.2.6.3.	Cabimento	579
48.2.6.4.	Hipóteses	579
48.2.7.	Retratação do agente	581
48.2.7.1.	Conceito	581

CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1

48.2.7.2.	Casos em que a lei a permite	581
48.2.7.3.	Oportunidade	582
48.2.7.4.	Comunicabilidade.....	582
48.2.8.	Perdão judicial.....	582
48.2.8.1.	Conceito	582
48.2.8.2.	Faculdade do juiz	582
48.2.8.3.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	582
48.2.8.4.	Extensão.....	582
48.2.8.5.	Hipóteses legais	583
48.2.8.6.	Natureza jurídica da sentença concessiva	584
48.2.8.7.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP.....	584
48.2.8.8.	Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99).....	585
48.2.9.	Decadência	589
48.2.9.1.	Conceito	589
48.2.9.2.	Característica da não interrupção.....	589
48.2.9.3.	Efeito.....	589
48.2.9.4.	Prazo decadencial.....	589
48.2.9.5.	Titularidade do direito de queixa ou de representação	590
48.2.9.6.	Decadência no crime continuado e no crime habitual	590
48.2.9.7.	Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa.....	591
48.2.10.	Prescrição	591
48.2.10.1.	Introdução	591
48.2.10.2.	Conceito	591
48.2.10.3.	Natureza jurídica	591
48.2.10.4.	Fundamentos.....	592
48.2.10.5.	Diferença entre prescrição e decadência.....	592
48.2.10.6.	Imprescritibilidade	593
48.2.10.7.	Espécies de prescrição.....	593
48.2.11.	Prescrição na legislação especial	610
48.2.11.1.	Da prescrição em geral	610
48.2.11.2.	Da prescrição retroativa	611
Bibliografia.....		613